

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

“Todos fazem aqui o que querem”: conflitos pelos espaços de poder entre Professores Régios e Autoridades Coloniais em Pernambuco na segunda metade do séc. XVIII e princípio do XIX.

Elaine Cristina Gomes da Cunha*

Resumo: Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, dismantela-se a principal estrutura pedagógica tanto na Metrópole quanto no além-mar. Com o intuito de remediar tal situação, a Coroa Portuguesa nomeia homens que deveriam instruir a mocidade e levar até aos domínios ultramarinos as reformas pedagógicas e administrativas empreendidas por José Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Estes homens eram denominados de Professores Régios. Entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX na Capitania de Pernambuco, observa-se uma ativa atuação e conflito destes docentes pelos espaços de poder e de legitimação diante das autoridades régias coloniais. Tais conflitos são compreendidos pelo caráter representativo dos docentes em relação às reformas pombalinas, pela recusa de alguns na inserção da malha clientelista e pela interferência das autoridades coloniais na nomeação dos mesmos.

Palavras-chave: Reformas pombalinas – Professores Régios – Conflitos pelos espaços de poder

Abstract: With the expulsion of the Jesuits, in 1759, it is dismantled in such a way main pedagogical structure in the Metropolis how much in the beyond-sea. With intention to attenuate such situation, the Portuguese crown nominates men, who formed under a reformist prism, would have to instruct the youth and to take until the overseas domínios the pedagogical and administrative reforms undertaken by Jose Sebastião de Carvalho e Melo, Marques de Pombal. The second half of century XVIII enters and beginning of the XIX in the Captainship of Pernambuco, observes an active performance and conflict of the Regal Professors for the spaces of being able ahead and legitimation of other regal authorities. Such conflicts are understood by the representative character of the professors in relation to the pombalinas reforms, by the refusal of some in the insertion of the clientelist mesh and by the interference of the colonial authorities in the nomination of the same ones.

Keywords: Reforms pombalines – Regal Professors – Conflicts for the spaces of being

Nos estudos sobre a educação em Pernambuco são estabelecidos como referências três momentos: a atuação dos jesuítas no ensino, a expulsão destes em 1759 e a abertura do Seminário de Olinda em 1800, sob a administração do Bispo Azeredo Coutinho. Entre estes dois últimos marcos, poucos foram os estudos encontrados sobre a situação do ensino na referida Capitania após a expulsão dos inacianos e a atuação dos docentes que os substituíram: os Professores Régios.

* Mestranda em História Social da Cultura Regional (UFRPE)

Estes docentes emergiram das reformas pedagógicas que o então Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal elaborou com o auxílio de pensadores lusitanos, como Luís Antonio Verney¹ e Ribeiro Sanches². Tinham por objetivo estreitar os laços de dependência político-administrativos da América Portuguesa que desde o século XVIII se tornou a principal fonte de riqueza da Coroa através da formação de um corpo de oficiais leais à Coroa. Não estavam atreladas a uma concepção de formação de indivíduo autônomo, pensante, mas tecnicista. Assim, privilegiaram-se as ciências naturais não por que estivessem inseridas dentro da concepção empirista do iluminismo, mas porque essas ciências eram necessárias para localização, levantamento e extração de bens naturais e minerais que dada região poderia oferecer. Assim, os Professores Régios inscreveram-se não apenas nas mudanças estipuladas por Pombal e seus aliados no âmbito pedagógico, mas, eram também representantes nas colônias daquele projeto de estreitamento, porque a eles cabia o papel de formadores desse corpo de oficiais técnicos e leais ao projeto de reerguimento do Império Lusitano, então decadente e dependente da Inglaterra (CARVALHO, 1978 e SILVA b, 1997).

Em *Cartas sobre a educação da mocidade*, Ribeiro Sanches propôs um conjunto de medidas para a reforma do conteúdo e prática pedagógica que levariam à formação desse corpo oficial. Nelas expôs com clareza a preocupação com as colônias e enfatizou a necessidade de “criar-se a mocidade dos domínios do ultramar no reino” (SANCHES, s/d: 141). Os mestres, assim como “todas as honras, cargos e empregos deviam sair somente da jurisdição do soberano, para ficar dependente a dita colônia da capital” (SANCHES, s/d: 140). Os melhores discípulos seriam avaliados e caso passassem ingressariam nas escolas maiores européias, como as francesas, italianas, inglesas e holandesas, para se aperceberem dos novos métodos e conhecimentos e assim retornarem como mestres e preencherem as vagas no reino e demais domínios. O ensino deveria ser laicizado, pois em sua perspectiva de judeu perseguido pela Inquisição, a intolerância gerada pela ignorância e arrogância de algumas ordens religiosas cristalizadas no Tribunal do Santo Ofício não poderia legar bons frutos ao tipo de mocidade que se esperava. Assim, os mestres deveriam ser tementes a Deus, católicos por se tratar de Portugal, mas sob hipótese alguma deveriam ser submetidos ao

¹ Pensador português, nascido em Lisboa a 1713 e falecido em Roma em 1792, reconhecido estrangeirado, ou seja, pensador cuja influência filosófica ou carreira acadêmica é externa a Portugal, teve como principal obra *O verdadeiro método de estudar* publicada em 1746.

² Pensador português, também estrangeirado, nascido em Penamacor a 1699 e falecido em Paris em 1783, publicou em 1759 *Cartas sobre a educação da mocidade*, onde defende um ensino laicizado, sob a tutela do Estado, e da manutenção do exclusivismo português no ensino, isto é, somente em Portugal tanto colonos quanto metropolitanos seriam instruídos. Ao lado de Luís Antonio Verney, tornou-se o principal artífice das reformas pedagógicas pombalinas. Sobre os estrangeirados ver SILVA, Ana Rosa Cloet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

processo de “inquirição de limpeza de sangue” (SANCHES, s/d: 142-146). Estas propostas foram postas nos Alvarás que se seguiram após a expulsão dos inicianos e pautaram a seleção dos Professores Régios, mas nem todas, como as bolsas européias, foram colocadas em prática.

Como mostrou Luiz Carlos Villalta, o ensino neste momento era um instrumento de ascensão e consolidação do *status* social ao permitir a inserção dos filhos das elites coloniais aos diversos cargos oferecidos a partir das reformas administrativas do Marquês de Pombal. A declaração de um Professor Régio de que dado aluno foi instruído por ele era condição obrigatória para concorrer a algum daqueles cargos além de ser importante testemunho para o ingresso na Universidade de Coimbra, principal centro de formação superior para os filhos daquelas elites, tal como aconselhou Ribeiro Sanches. Assim, com a retirada da hegemonia da Companhia de Jesus frente à instrução, a reforma no conteúdo, a exigência de exames para ingressarem na Universidade de Coimbra e cartas de recomendação que comprovassem o desempenho do candidato à universidade as elites coloniais ficariam excluídas dessa inserção social e política nos quadros oficiais da Coroa.

Assim, ao aportarem na Capitania de Pernambuco em 1760, os Professores Régios Manuel da Silva Coelho e Manuel de Castro e Melo imaginaram trazer alívio aos angustiados habitantes e administradores da capitania. Acreditaram que ao apresentarem as cartas de recomendação do secretário do rei D José I, assumiriam sem atropelos suas funções. Acreditaram que seriam recepcionados com alegria e festa já que não apenas Pernambuco, mas todo o domínio português passava por profunda crise na educação gerada pela expulsão dos padres da Companhia de Jesus. Apenas acreditaram. Assim que se apresentaram ao Bispo de Pernambuco, D Francisco de Xavier Aranha, e ao Comissário representante do Diretor Geral dos Estudos, Bernardo da Gama e Casco, foram surpreendidos pela recusa de suas presenças, pela descrença na eficácia de seus métodos pedagógicos e “aconselhados” a se lembrarem da distância entre a Metrópole e Pernambuco.

Indignado com a receptividade da população e ainda mais com as autoridades que deveriam garantir seu sustento em Pernambuco, Manuel da Silva Coelho escreve uma carta. Nela, além de descrever as agruras pelas quais passou com seu colega, Coelho alertou o futuro Marquês de Pombal do risco de não serem bem sucedidas as reformas na instrução pública caso “remédios” eficazes não fossem administrados. E de fato ocorreram, apesar dos esforços em contrário do super secretário de D José I. Outros mestres régios vieram, e em suas solicitações e reclamações são relatadas as dificuldades referentes não apenas ao ensino, mas, sobretudo, aos obstáculos que as interferências constantes de autoridades, tanto laicas quanto

eclesiásticas, proporcionaram. Tais obstáculos, referiam-se à acusações de desvio do imposto que deveria garantir o pagamento de seus salários, o subsídio literário, à recusa de serem aceitos como representantes legítimos do Estado tanto quanto aquelas autoridades e a pressão exercida por esses oficiais em deter o direito de nomear os docentes na Capitania.

Em *O poder simbólico*, o sociólogo francês Pierre Bourdieu, compreende a existência de um “poder invisível” que se legitima a partir do consenso daqueles que lhe estão subjugados através de uma “violência simbólica”, isto é, arbitrária, não reconhecida. Neste poder, a classe detentora dos meios de produção de uma visão específica de mundo e de ordenamento social, a qual o autor identifica como “classe dominante”, atua em campos ou espaços múltiplos. Constitui assim, redes relacionais de poder que lidam com capitais simbólicos, ou seja, com capitais não apenas econômicos, mas políticos, educacionais ou culturais, “contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2004: 7-14). Para que os Professores Régios participassem daquelas redes, eles deveriam concordar e reconhecer a detenção pelas autoridades e elites coloniais dos meios de produção e reprodução do capital simbólico e material.

Os que aceitaram essa condição estabeleceram vínculos aos interesses das autoridades, e com isto, conseguiram pareceres e indicações positivas e assim, em vez de conflito o que se teve foi a reprodução das posições sociais e simbólicas daquelas elites. Àqueles que não aceitaram a ordenação social e a atuação dos oficiais administrativos e eclesiásticos, que requereram à Coroa para que esta fizesse lembrar aos administradores dos seus deveres régios, foram-lhes negados o salário e a legitimidade. Disto, na concepção de Bourdieu, resultaram os conflitos pelas “vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima” (BOURDIEU, 2004: 125), ou seja, confrontos pelos benefícios de ascensão social, por exemplo, que o reconhecimento público proporcionaria.

Lutas simbólicas e também representativas, dentro da concepção do historiador francês Roger Chartier. Desta maneira, o estudo dos conflitos entre estes representantes legítimos do Estado revela a tentativa de cada um sobrepor o capital simbólico, o poder político e a situação social sobre o outro. Ou ao menos, no caso dos Professores Régios, ter sua representatividade política, social e simbólica legitimada na malha da sociedade pernambucana. Como afirma Chartier, o conceito de representação

permite designar e ligar três realidades maiores: primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e “performances” simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de “estilização de vida”; finalmente, a “presentificação” em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. (CHARTIER, 1994: 8)

Como ressaltou o historiador Edval de Souza Barros, a abordagem destas lutas entre representantes régios se enquadra na perspectiva de micro-história, por priorizar um espaço circunscrito, a Capitania de Pernambuco, porém imersa numa macro-abordagem, uma visão que possibilite identificar a complexidade das interações entre aqueles representantes. Para isto, “deve-se evitar o recurso a um modelo dicotômico que situa os poderes e competências no pólo estatal, expropriando as demais instâncias da capacidade de ação legítima e efetiva” dos agentes envolvidos (BARROS, 2001). Porque as relações políticas, especificamente aquelas características ao Antigo Regime, não se pautaram apenas no poder régio, mas na “coexistência de direitos, jurisdições e corpos autônomos e distintos, dos quais a Coroa era apenas mais um” (BARROS, 2001). Desta forma, esboçaram-se lutas pelos espaços de poder e de legitimação dos agentes administrativos que revelam, também, os limites da autoridade metropolitana na Capitania de Pernambuco.

Através de Pierre Bourdieu e Roger Chartier, compreende-se que os embates travados pelos Professores Régios e as elites coloniais ultrapassa a luta pelos espaços de poder material e adentra por disputas pelo poder simbólico e de representatividade, pela capacidade de produzirem e reproduzirem visões de mundo e de capitais simbólicos e, assim, inserirem-se no topo social da Capitania. Possibilita também, a análise das delimitações das autoridades da Metrópole portuguesa e de seus representantes nos domínios ultramarinos; pois a disputa não gira em torno apenas de segmentos de oficialato, mas na recusa da aceitação pela legitimidade que os Professores Régios possuíam e do caráter reformista que eles representavam. No momento o qual o Professor Régio, Manuel da Silva Coelho, afirma que “todos aqui fazem o que querem” ele indica à Metrópole que os administradores coloniais convergiam, assim, com os interesses das elites coloniais ao tentarem assumir a nomeação dos mestres, a arrecadação e a distribuição do subsídio literário destinado ao pagamento deles. Com isto, tentaram moldar as exigências régias às realidades locais e pessoais e elaboram um projeto político, administrativo e pedagógico distinto do intencionado pela Coroa Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Anita Correia Lima de. *Notas sobre a Reforma Pombalina dos estudos menores no Brasil*. In: MAGALDI, Ana Maria et alli (org). **Educação no Brasil**: história, cultura e política. Rio de Janeiro: Editora Universitária São Francisco, 2003. p 99 -116.
- BARROS, Edval de Souza. *Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no império português (séculos XVI – XVIII)*. In: **Revista de Sociologia e Política**. n° 17. Curitiba: nov. de 2001.
- BELLO, Ruy. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação**: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834). Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas na instrução pública**. São Paulo: Edusp, 1978.
- CHARTIER, Roger. *A História hoje*: dúvidas, desafios e propostas. In: Revista **Estudos Históricos**. Vol 7, n° 13. Rio de Janeiro, 1994.
- FLORES, Luiz Felipe Baeta Neves. *O Altar e a Coroa iluminada: a educação de colonos e colonizados*. In: MAGALDI, Ana Maria et alli (Org). **Educação no Brasil**: história, cultura e política. Rio de Janeiro: Editora Universitária São Francisco, 2003. p 73 - 97.
- HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político em Portugal (séc. XVI). Coimbra: Almedina, 1994.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: o paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. **O Seminário de Olinda e o seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE, 1985.
- NOVAIS, Fernando A. *Condições da vida privada na colônia*. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Domingos Barreira, [s/d].

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a nação:** intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portugal e o Brasil: a reorganização do Império (1750-1808)*. In: **História da América Latina:** história da América Colonial. BETHELL, Leslie (org). vol 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.

VEIGA, Cynthia Greive. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.